



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Arquivo Público Vereador Ivan José Lopes

---

### ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE MONTES CLAROS

# FLASH

# 9512

**Presidente da Mesa Diretora:** Cláudio Ribeiro Prates

**Espécie:** Projeto de Lei

**Categoria:** Utilidade Pública

**Autoria:** Raimundo Pereira da Silva

**Data:** 28/08/2018

**Descrição Sumária:** PROJETO DE LEI Nº 75/2018. Concede o título declaratório de Utilidade Pública Municipal à “Associação Beneficente Erik Gunnar”. (Referente à Lei nº 5.084, de 12/19/2018).

**Controle Interno – Caixa:** 25.13

**Posição:** 17

**Número de folhas:** 05

---

Espécie: PL  
Categoria: Utilidade pública  
CX: 25.13  
Ordem: 151  
nº fls: 41



Nº 42/2018

11.09.2018

## Câmara Municipal de Montes Claros

PROJETO DE LEI Nº 75/2018

AUTOR:

Ver. Raimundo Pereira da Silva

ASSUNTO:

Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a  
Associação Beneficente Erik Gunnar.

### MOVIMENTO

- 1 -
- 2 - Entrada em 28/08/2018
- 3 - Comissão Legislação e Justiça.
- 4 - APROVADO EM REGIME DE URGÊNCIA
- 5 - EM 11.09.2018.
- 6 -
- 7 -
- 8 -
- 9 -
- 10 -



## CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

Projeto de Lei N° 75 /2018

### Concede Título Declaratório de Utilidade Pública

O povo do Município de Montes Claros/MG, por seus representantes na Câmara Municipal, aprovou e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte Lei:

**Art. 1º** Fica considerada de Utilidade Pública Municipal a entidade civil, legalmente constituída, sem fins lucrativos, sob denominação de **ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE ERIKI GUNNAR**, inscrita no CNPJ N° 21.347.6980001/69, com sede administrativa Avenida Estrela da Esperança n° 250, Sala A, Bairro do Mangues, CEP 39.403-475, nesta cidade de Montes Claros.

**Art. 2º** Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Sala das Reuniões da Câmara Municipal 08 de Agosto de 2018.

Raimundo Pereira da Silva  
Vereador

  
Raimundo Pereira da Silva  
(Raimundo do INSS)  
VEREADOR



29

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
A COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO  
E JUSTIÇA  
EM 28 DE AGOSTO DE 1911

CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS  
APROVADO EM DISCUSSÃO POR  
REGIME DE URGÊNCIA  
EM 11 DE SETEMBRO DE 1911  
\_\_\_\_\_  
PRESIDENTE



# CÂMARA MUNICIPAL DE MONTES CLAROS

## ASSESSORIA LEGISLATIVA

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 75/2018 QUE “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente Erik Gunnar”, de Autoria do Vereador Raimundo Pereira da Silva.**

Projeto de Lei enviado à Assessoria Legislativa da Câmara Municipal de Montes Claros –MG, para análise de sua constitucionalidade, legalidade e forma técnica de redação.

Não se reconhece nenhum vício de iniciativa no projeto ou mesmo em seu objetivo, até porque tanto a Constituição Federal quanto a Lei Orgânica Municipal permitem que o Município legisle sobre assunto de seu interesse, como no presente caso.

O projeto em questão, bem como a entidade mencionada, conforme documentação juntada, preenchem os requisitos legais exigidos.

Assim sendo, somos de parecer que o projeto em questão é constitucional e legal e atende à forma técnica de redação.

É o parecer, sob censura.

Montes Claros, 29 de agosto de 2018.

  
Luciano Barbosa Braga  
Assessor Legislativo  
OAB/MG 78605





**Câmara Municipal de Montes Claros - MG**  
**COMISSÃO DE LEGISLAÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO**

**PARECER SOBRE PROJETO DE LEI Nº 75/2018**

**AUTOR:** Ver. Raimundo Pereira da Silva

**MATÉRIA:** “Concede Título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente Erik Gunnar

**I - RELATÓRIO**

A proposição foi distribuída à Comissão de Legislação, Justiça e Redação em 14/08/2017 com entrada na Sala das Comissões no dia 15/08/2017.

Compete a esta Comissão, nos termos regimentais, emitir parecer sobre a legalidade, constitucionalidade e forma técnica de redação do projeto.

**II – FUNDAMENTAÇÃO**

O Projeto de Lei, em análise, presente projeto tem como objetivo conceder título Declaratório de Utilidade Pública Municipal a Associação Beneficente Erik Gunnar

De acordo com estatuto a referida entidade tem por finalidade a assistência voltada à saúde, treinamento profissional, educação cristã e defesa dos direitos das crianças, adolescentes, idosos e deficientes carentes; promoveres ao aperfeiçoamento moral, intelectual, filantrópico, cultural e religioso, dentre outras.

Verifica-se que a matéria trata de assunto de interesse local, não incide em vício de iniciativa e nem contraria normas legais e/ou constitucionais, vez que atende os requisitos legais previstos em lei.

**III – CONCLUSÃO**

Pelo exposto, esta Comissão conclui pela legalidade e constitucionalidade do referido projeto de lei e que o mesmo atende a forma técnica.

Sala das Comissões, 31 de agosto de 2018

Presidente: Ver. Valcir Soares Silva \_\_\_\_\_

Vice-Presidente : Ver. Martins Lima Filho \_\_\_\_\_